

Semana Pedagógica

ANEXO
19



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

FRAGMENTOS DO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS (RCNEI)

A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira. (BRASIL, 1998, p. 118).

[...] se a escola pode ajudar no processo de desaparecimento de uma língua indígena, ela também pode, por outro lado, ser mais um elemento que incentiva e favorece a sua manutenção ou revitalização. (BRASIL, 1998, p. 119).

1 - Com base nas citações acima, e considerando a garantia legal de igualdade na carga horária destinada ao ensino da língua portuguesa e da língua indígena, qual a importância do ensino da língua indígena na escola?

“Na sociedade maior, de fala portuguesa, entretanto, há muitas situações como, por exemplo, numa consulta médica, num cartório, numa repartição pública, em que as pessoas não se conhecem e não têm, necessariamente, as mesmas referências. É por isso que precisamos, nessas oportunidades, ser mais claros, expressar melhor nossas intenções, nossos pontos de vista e nossos argumentos, nossas dúvidas, nossos sentimentos. Diante disso, é papel da escola ampliar as formas de expressão oral do aluno em língua portuguesa, para que ele possa se comunicar em novas situações.” (BRASIL, 1998, p. 124).

2 - Os alunos de todas as séries e anos dominam a Língua Portuguesa? Se não estão dominando, o que falta para atingir esse objetivo? E quanto à língua indígena?

Como, na maioria das vezes, a opção pela escrita das línguas indígenas surge mais cedo ou mais tarde, é fundamental, nessas ocasiões, que os professores definam, com a participação de outros membros de sua comunidade, o que pode e o que não pode ser contado, narrado ou descrito em forma escrita. Pode ser o caso, por exemplo, de determinada comunidade preferir não registrar sob a forma escrita os seus mitos de origem, enquanto que para outra comunidade isso pode não só ser permitido, como despertar uma expectativa positiva em seus membros. O mesmo pode ser verdade com relação a textos de reza, letras de cantos, receitas medicinais ou culinárias, etc. É também importante definir o que faz sentido escrever em língua indígena e o que deve ser escrito preferencialmente em língua portuguesa. A orientação geral deste referencial é a de que se esteja sempre atento a essas questões, de forma a respeitar as tradições culturais, as especificidades e as expectativas de cada comunidade indígena com relação às práticas de leitura e escrita. (BRASIL, 1998, p. 129).

3 - Considerando a citação acima sobre a importância da participação da comunidade na decisão do que pode e do que não pode ser contado, narrado ou descrito em forma escrita, relate em que medida e de que forma ela acontece. Como essa orientação está contemplada no Projeto Político-Pedagógico, na Proposta Pedagógica Curricular e no Plano de Trabalho Docente?

[...] o mais importante é entender que, durante todo esse processo de aprendizagem da escrita, o papel do professor é fundamental: a criança só vai se sentir motivada a continuar suas explorações com a escrita, se o professor procurar sempre conversar com ela sobre o significado do que ela está tentando escrever. E se ele tiver a capacidade de criar situações interessantes para que a criança continue tentando descobrir os “segredos” da escrita. E o que acontece quando o professor não dá oportunidade ao aluno de construir, elaborar seus próprios textos? Quando tudo o que o professor faz é pedir que ele copie a linguagem controlada e artificial encontrada

em tantas cartilhas? Quando, na escola, o aluno passa o tempo todo só juntando e separando sílabas? Só copiando palavras e sentenças soltas entre si e isoladas de qualquer contexto, em vez de tentar escrever coisas que fazem sentido para ele? Quando isso acontece, o aluno tem muito menos chances de elaborar suas próprias ideias sobre a escrita ou de perceber a sua importância, de perceber por que, afinal, as pessoas escrevem... (BRASIL, 1998, p. 137).

O letramento “trata-se de uma nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, mas é preciso também saber responder às exigências de leitura e escrita impostas pelo cotidiano da sociedade.” (LUCAS et al., p. 103-104. In.: Narração de histórias: um evento de letramento)

4 - Considerando que o processo de letramento compreende em dominar a fala, a leitura, a escrita e a interpretação de texto, que tipo de atividades podem ser desenvolvidas para atingir esses domínios?

5 - São realizadas atividades diferenciadas para os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem? Descreva-as.

6 - Entendendo que a maioria dos materiais de apoio pedagógico disponíveis para as escolas indígenas (quando há) é descontextualizado. Como você seleciona (ou prepara) os materiais didáticos utilizados em suas aulas? Como você adapta esses materiais para o contexto local de forma que atenda às especificidades da Educação Escolar Indígena? Quais as implicações de um ensino descontextualizado?

7 - Do ponto de vista pedagógico, em sua escola, qual é a maior dificuldade enfrentada na educação escolar indígena? Que encaminhamentos a escola tem feito para a superação de tal problema? De que forma a mantenedora pode ajudar na resolução dessa situação?

8 - Elabore o planejamento do primeiro semestre, ou dos dois primeiros bimestres, com destaque no desenvolvimento dos conteúdos a partir da literatura infantil. Após, encaminhe à Seed/Dedi/CEEI, juntamente com as respostas das demais questões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

